



PERCEÇÃO DOS ACADÊMICOS E DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA IMPLANTAÇÃO PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES EM SAÚDE EM FISIOTERAPIA: REVISÃO INTEGRATIVA LITERATURA

Rodrigo Ítalo Praxedes de Almeida¹
Bruno Epifanio dos Santos Melo²

INTRODUÇÃO

O campo da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa (MT/MCA) (WHO, 2002). Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros aspectos compartilhados pelas diversas abordagens nesse campo de estudo, são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) foi implementada no Brasil por meio da Portaria Nº 971, de 3 de maio de 2006, do Ministério da Saúde (Brasil, 2006), que incluiu no Sistema Único de Saúde (SUS) os saberes e práticas não convencionais de saúde. Inicialmente, eram apenas cinco: homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, fitoterapia, medicina antroposófica e termalismo/crenoterapia (SILVEIRA, R de P., ROCHA, C. M. F., 2020).

A construção da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no SUS, iniciou-se a partir do atendimento às diretrizes e recomendações de várias conferências nacionais de saúde e das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em junho de 2003, representantes das Associações Nacionais de Fitoterapia, Homeopatia, Acupuntura e Medicina Antroposófica, reuniram-se com o ministro da Saúde, em exercício, e por solicitação dele, foi instituído um grupo de trabalho coordenado pelo Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) e pela Secretaria-Executiva. Esse grupo de trabalho também teve a participação de representantes das Secretarias de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde (MS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e das Associações Brasileiras de Fitoterapia, Homeopatia, Acupuntura e Medicina Antroposófica, para discussão e implementação das ações, no sentido de elaborar-se a política nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)

Embora as PICS sejam reconhecidas no Sistema de Saúde Pública do Brasil e pelos Conselhos Federais de Enfermagem e de Fisioterapia e, em parte, pelo Conselho Federal de Medicina, ainda são poucas as instituições que oferecem disciplinas relacionadas (DAMASCENO, C. et al., 2016). Os futuros profissionais de

¹ Graduado pelo Curso de Fisioterapia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, rodrigopraxedes98@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Fisioterapia da Faculdade da Cidade de Maceió - FACIMA, fisiobrunomelo@email.com;



saúde têm pouco acesso às informações, sobre as PICS, na sua formação acadêmica, pois as atuais matrizes curriculares privilegiam o modelo biomédico como pilar da assistência à saúde, inviabilizando, inclusive, opções terapêuticas para os pacientes que muitas vezes desconhecem tais opções e não são beneficiados com essa assistência (DAMASCENO, C. *et al.*, 2016). A Fisioterapia, através do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, publicou a Resolução nº 380, de 03 de novembro de 2010, que regulamenta o uso das PICS, autorizando sua execução pelos Fisioterapeutas em seu exercício profissional (COFFITO, 2010).

Através da inserção de um projeto voltado para as PICS, reconhecida pelo COFFITO, o processo de sensibilização às práticas de saúde, na graduação de fisioterapia, foi ganhando espaço no meio acadêmico, desde a busca do conhecimento teórico até o desempenho prático. Esse processo vem despertando, em cada discente, o interesse e caminhos para um novo perfil na formação em saúde, possibilitando aos futuros profissionais a capacidade de ter um senso crítico e um olhar humanizado, a fim de perceber o ser humano em sua totalidade (VIEIRA, R. da S. *et al.* 2017).

O objetivo deste estudo é verificar qual a percepção dos graduandos e dificuldades encontradas por gestores da Educação Superior, em Fisioterapia, sobre a implantação das PICS na grade curricular.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Fora realizada uma revisão literária de caráter exploratório abrangendo publicações nas bases de dados PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS) e Portal de Periódicos da CAPES, publicados entre os anos de 2016 a 2021, nos idiomas espanhol e francês, entre os anos 2012 e 2022; artigos que contivessem em seus títulos e/ou resumos os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Práticas Integrativas e Complementares em Saúde", "Políticas de Saúde", "Sistemas da Saúde", "Ciências da Saúde" e "Fisioterapia". Para o cruzamento dos termos, utilizou-se o operador booleano AND.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2006 foi implantada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), especificamente no Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Ministério da Saúde (MS). Em paralelo a essa questão está a introdução do Fisioterapeuta no SUS. No dia 28 de outubro de 2021 foi sancionada a lei número 14.231 que inclui Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais na estratégia de saúde da família. Com a crescente popularização e demanda das PICS, tornou-se necessário a inserção dessas práticas na grade curricular dos cursos

da área da saúde. A formação superior em Fisioterapia tem necessidade de compreender que as PICS representam uma nova oportunidade de mercado de atuação na profissão, que pode e deve ser explorado, cabendo às Instituições de Ensino Superior - IES capitanearem a oferta de disciplinas formativas, em suas matrizes curriculares, que atendam às demandas acadêmicas para atuação no SUS.

Fortes Salles *et al.*, 2014 e Nascimento *et al.*, 2018 evidenciam buscas por informações sobre as PICS em Instituições de Ensino Superior - IES, Públicas do Brasil, procurando compreender se as IES estão implementando as orientações propostas pela portaria ministerial que autoriza a inclusão das PICS nas matrizes curriculares no ensino superior. A implantação das PICS, no ensino superior, no Brasil, representa um grande desafio, pois a proposta pressupõe uma quebra de paradigma social e cultural do binômio saúde /doença, do modelo biomédico, evoluindo para a integralidade no cuidado à saúde, convidando todas as categorias profissionais, em saúde, para participarem dessa mudança. Observa-se que as políticas públicas em saúde têm a sensibilidade de incorporar a integralidade na atenção básica, permitindo e facilitando acesso a serviços de saúde, no exercício da cidadania (SALLES, F. *et al.* 2014) (NASCIMENTO, M. C. *et al.* 2018).

Os resultados apresentados, nesse estudo de revisão, estão relacionados às atitudes da gestão para a inclusão das PICS em suas matrizes, em sua maioria caracteriza-se por ofertas de disciplinas informativas que não necessariamente habilitam os acadêmicos para o exercício prático. Dentre os cursos de graduação em que as ofertas de disciplinas estão relacionadas às PICS, com características formativas, estão listados os cursos de: Farmácia, Terapia Ocupacional, Medicina, Medicina Veterinária e Enfermagem. Observa-se que no Nordeste Brasileiro tem mais IES ofertando disciplinas relacionadas às PICS pela necessidade de acesso aos serviços de saúde pública (NASCIMENTO, M. *et al.*, 2018).

Quando se discute então os desejos e opiniões de acadêmicos na graduação, na área da saúde, observa-se de maneira geral uma convicção positiva sobre a integração das PICs em suas respectivas grades curriculares. É possível observar esse desejo crescente no estudo de Camila Damasceno, *et al.*, 2016, onde o mesmo aponta a vontade desses estudantes em conhecer mais sobre essas práticas e além disso julgarem importante o conhecimento para a sua graduação. Freire, A. L. G. *et al.*, 2021, em um estudo realizado em ambiente virtual por meio de aplicação de 132 questionários online, evidenciou que existe uma demanda reprimida entre os profissionais e estudantes da área de saúde, no nordeste brasileiro, revelando os seus desejos em terem em suas matrizes curriculares disciplinas que versem sobre PICS. No mesmo estudo ficou evidente que a formação específica para atuação nas PICS é auferida em ambiente extra universitário, em cursos de pós-graduação e ou residências profissionais em saúde (FREIRE, A. L. G., CAVALCANTE, V. R. da S., 2021).

Com a adesão da PNPIC, no SUS, surge outro viés que deve ser explorado e discutido, que é a visão dos profissionais atuantes nesses serviços e seus posicionamentos sobre o assunto. Luciana Savaris, *et al.*, 2019 explicitou em seu trabalho o surgimento de interesse e aceitação das PICs por esses profissionais. Esse impulso, em linhas gerais, está relacionado diretamente com as características únicas que as PICS possibilitam para usuários e profissionais, viabilizando estratégias eficientes para promoção de saúde e benefícios na qualidade de vida (SAVARIS, L. *et al.* 2019).

No Brasil a formação acadêmica em saúde tem forte influência do modelo biomédico, exigindo uma multidimensionalidade da formação em função do adoecimento. A Fisioterapia possui perfil, com características para a atuação com foco nas PICS, onde o eixo da manualidade, bioética e humanização, perpassa transversalmente à formação do profissional em todos os segmentos acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, existe o desejo de compreender e exercitar as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, por parte dos acadêmicos de fisioterapia. A não inserção das PICs na grade curricular da grande maioria dos cursos de graduação é a ausência da oferta de conhecimento sobre essa temática. Em relação às dificuldades encontradas pelos gestores, não foi possível constatar nos estudos ora apresentados.

A escassez de estudos publicados entre 2012 - 2022 nos impede em concluir sobre as dificuldades de implantação das PICS por parte dos gestores. Acredita-se que com a inserção do Fisioterapeuta no SUS (lei número 14.231 de 28/10 2021), no futuro tenhamos mais publicações.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Políticas de Saúde. Sistemas de Saúde. Ciências da Saúde. Fisioterapia.

REFERÊNCIAS

BERGALLO, R. PICO: como formular uma pergunta clínica? Disponível em: <https://pebmed.com.br/pico-como-formular-uma-pergunta-clinica/?msckid=c49c567dcf0711ec86a535db1f266ade> Acesso em: 8 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde . Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 91p.



COFFITO, RESOLUÇÃO Nº. 37/2010. Disponível em:
<<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3141>> Acesso em: 8 maio. 2022.

DAMASCENO, C. M. D. *et al.* Avaliação do conhecimento de estudantes universitários sobre medicina alternativa. **Revista baiana de saúde pública**, v. 40, n. 2, p. 289-297, 2016.

FREIRE, A. L. de G, CAVALCANTE, V. R. da. S. **Práticas integrativas e complementares**: Realidade da utilização da medicina tradicional chinesa no nordeste do Brasil. 2021. Trabalho de conclusão de curso (requisito parcial para conclusão do Curso de Fisioterapia)-Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió, 2021.

NASCIMENTO, M. C. *et al.* Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 751–772, 2018.

SALLES, L. F. , BEL HOMO, R. B. H., SILVA, M. J. P. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 4, 2014.

SAVARIS, L. E. *et al.* Práticas integrativas e complementares - análise documental e o olhar de profissionais da saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 32, p. 1–12, 2019.

SILVEIRA, R. de P., ROCHA, C. M. F. Verdades em (des) construção: uma análise sobre as práticas integrativas e complementares em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e180906, 2020.

SOARES, P. P. *et al.* Conhecimento dos acadêmicos dos cursos da Saúde acerca das práticas integrativas e complementares. **Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares**, v. 9, n. 16, p. 19–19, 2020.

VIEIRA, R. da S. *et al.* As práticas integrativas e complementares no contexto da formação em fisioterapia: processo de sensibilização na graduação. **CADERNOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E FISIOTERAPIA**, v. 4, n. 8, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Acupuncture: review and analysis of reports on controlled clinical trials. **Geneva: WHO Publications**, 2002.